

Controle jurisdicional de Políticas Públicas: uma análise a partir da teoria constitucional e da atuação do Supremo Tribunal Federal

Michel Ferrari Borges dos Santos (Bolsista PUIC) e Prof^ª Dr^ª Mônia Clarissa Hennig Leal (Orientadora)

Curso de Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

O Programa Centro Integrado de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas – CIEPPP se propõe a analisar e estudar a questão das políticas públicas em uma perspectiva ampla e integrada. Pretende-se trabalhar o tema analisando seus aspectos materiais, caracterizados por diferentes áreas que demandam ações em termos de políticas públicas (como, por exemplo, as questões de gênero, da infância e da juventude, do meio ambiente, de solução de conflitos...), e também analisando em uma perspectiva instrumental, baseada nos diferentes mecanismos jurídicos e sociais à disposição do poder público e da sociedade no sentido de se garantir e viabilizar a implementação dessas políticas públicas (como a utilização dos tributos, a possibilidade de controle jurisdicional de políticas públicas e a repartição constitucional de competências entre os entes federados para a sua realização).

Tem como objetivo analisar, a partir das contribuições da teoria constitucional e da atuação do Supremo Tribunal Federal, no tocante ao controle jurisdicional de políticas públicas, o papel e os limites dos Tribunais Constitucionais na fiscalização e na implementação de políticas públicas de inclusão social, bem como a relevância da intervenção da figura do *amicus curiae* enquanto instrumento de debate público e de legitimação dessas decisões. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, com análises em jurisprudências do Supremo Tribunal Federal. Por estar apenas no início do projeto de pesquisa, ainda não se dispõe de resultados e conclusões suficientes.